

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 114, DE 2022

Acrescenta §5º ao artigo 297 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre falsificação ou alteração do cartão vacinal ou comprovante de vacinação.

Autor: Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Relator: Deputado ALENCAR SANTANA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que pretende alterar o art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (CP), para dispor sobre falsificação ou alteração do cartão vacinal ou comprovante de vacinação.

Justifica o autor a sua pretensão em face da necessidade de impedir que pessoas que não se vacinaram pratiquem atividades ou participem de eventos restritos aos vacinados, já que trariam riscos para a sociedade.

A aludida proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), para análise e parecer, sob regime de tramitação ordinária, estando sujeita à apreciação de Plenário.

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre a proposição referida quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, o Projeto não contém vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária.

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre ele e a Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, a proposição está em conformação ao direito, porquanto não viola normas e princípios do ordenamento jurídico vigente, não apresentando vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercitividade e generalidade.

Outrossim, a técnica legislativa empregada atende aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

No que diz respeito ao mérito do Projeto em análise, vislumbramos que ele se reveste da mais alta importância, pois promove a atualização e o aperfeiçoamento de nosso sistema penal diante da peculiaridade da prática de certos atos que podem causar resultados muito danosos a inúmeros indivíduos.

Infelizmente são frequentes as notícias na imprensa sobre a ocorrência de inúmeros casos de falsificação do certificado de vacinação contra a covid-19.

A pandemia, que se caracteriza como um estado de calamidade pública, tornou necessária a adoção de diversas medidas para reduzir o contágio e a disseminação da doença, como a exigência de apresentação do comprovante de vacinação para acesso a determinados eventos e espaços públicos.



É importante mencionar que a vacinação é uma questão de saúde pública. Assim, ao fraudar ou utilizar um documento falso para adentrar ambientes coletivos ou participar de eventos, a pessoa põe em risco inúmeras vidas, já que os ali presentes são levados ao erro ao acreditarem que todos no ambiente estão devidamente imunizados.

Por esse motivo, o crime cometido nesse cenário revela-se particularmente mais grave, já que há uma maior reprovabilidade da conduta do agente.

Diante disso, procedemos a algumas alterações na redação do dispositivo em questão, a fim de torná-lo uma causa de aumento de pena do crime de falsificação de documento público, já que a conduta prevista na proposição se enquadra na descrição típica do *caput* do atual art. 297 do Código Penal.

Ante o exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 114, de 2022, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALENCAR SANTANA
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 114, DE 2022

Altera o artigo 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas cominadas ao crime de falsificação de documento público quando o objeto do crime for o certificado nacional de vacinação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o artigo 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar as penas cominadas ao crime de falsificação de documento público quando o objeto do crime for o certificado nacional de vacinação.

Art. 2º O art. 297 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art.

297

.....

§ 5º Se o documento público falsificado ou alterado for o certificado nacional de vacinação, aumenta-se a pena de um terço.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALENCAR SANTANA
Relator

